

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.580 - RO (2019/0334852-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : MUNIRA ELIANE ABDO
ADVOGADO : FERNANDO DA SILVA MAIA - RO000452
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : PATRÍCIA ILNAHRA VIRGOLINO DO NASCIMENTO - RN005926
PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES E OUTRO(S) - RN005424
CLAUDIO DE ANDRADE PACI - SP270857
EDMÁRIA PEDROZA DE LIMA MARQUES - RN012999
MARIA LUIZA MEDEIROS ADERALDO - RN013680
JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR - RO009174

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MUNIRA ELIANE ABDO, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia assim ementado:

"Apelação Cível. Ação indenizatória. Encerramento Unilateral de conta-corrente. Dano moral não configurado. Aborrecimento não indenizável. Sentença reformada. Recurso provido.

É possível que a instituição bancária encerre unilateralmente conta-corrente, desde que o faça com amparo na Resolução n.º 2.025 do Banco Central.

Não ficou caracterizada qualquer conduta ilícita por parte da instituição financeira ao proceder ao encerramento unilateral da conta-corrente em nome da autora, não havendo que se falar em responsabilidade civil a ensejar indenização por dano moral, porquanto se trata de aborrecimento cotidiano" (fl. 176 e-STJ)

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 14, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor e 187 e 927 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que deve ser reconhecida a ilegalidade do encerramento de sua conta corrente sem prévia e efetiva notificação e, conseqüentemente, a condenação em danos morais.

Recurso respondido (fls. 213/220 e-STJ) e admitido.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Quanto ao tema de fundo, no que se refere à ausência de comprovação da

prévia notificação e à configuração do dano moral, ao que se tem, o tribunal de origem decidiu a questão a partir do exame das circunstâncias probatórias dos autos, concluindo que não restou caracterizada nenhuma conduta ilícita da instituição financeira ao encerrar unilateralmente a conta corrente em nome da ora recorrente, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

"(...)

De plano é certo que o apelante não é compelido a manter o contrato de conta-corrente indefinidamente, exigindo-se para o seu encerramento, a comunicação prévia do correntista e o prazo para concretização do distrato, nos termos da Resolução 2.747/2000/BC.

Com base nesse regramento, entendo que o apelante agiu de maneira correta e dentro dos preceitos da razoabilidade e proporcionalidade, aliás, não há como ser acolhido ou mesmo visto por mais distante que seja, a configuração do dano moral concedido pelo juízo prolator da sentença.

Afinal de contas, o transcurso de pouco tempo entre a abertura da conta e o encerramento (8 dias) não importaram configuração de danos, a apelada deixou de provar ter sofrido abalo em sua honra subjetiva a ponto de ter deferido pleito indenizatório, aliás, sequer provou ter havido falha na prestação do serviço.

Enfatizo que o cancelamento da conta, mesmo sem justificativa (como alegado pela apelada) por si só não é apto a ensejar o acolhimento de pleito indenizatório.

Enfim, houve um dissabor, nada mais.

Portanto, analisando a questão tenho que as provas produzidas nos autos não sustentam um édito condenatório por dano moral, vez que a apelada não teve, por exemplo, seu nome inscrito em cadastro de restrição ao crédito, ou mesmo sofreu qualquer outra medida administrativa apta a ensejar prejuízos materiais ou morais, não sendo verificado, assim, nenhum abalo psíquico a ponto de caracterizar o dever de indenizar.

Ao contrário, o fato narrado nos autos se traduz em meros aborrecimentos, consectários da vida em sociedade, não suscetíveis de reparação moral, sobretudo porque não comprovação, por parte da apelada, que a situação narrada na petição inicial tenha lhe causado abalo a honra subjetiva, a ponto de merecer compensação na forma como realizada na sentença impugnada.

No caso, deve-se agir com cautela diante de pedidos desta feita, para que não se incorra na banalização do dano moral, que deve ser reconhecido sempre quando for provado pela parte que o requer, ou seja, deve existir prova cabal quanto à sua ocorrência" (fl. 168 e-STJ).

Nesse contexto, ao contrário do ora sustentado, o acolhimento da pretensão recursal, nos termos em que posta, demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."*

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista que já foram fixados na origem no percentual máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator